



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon
Estado do Paraná

REQUERIMENTO Nº 230/2022

Data: 06 de junho de 2022

Ementa: requer informações do Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Sustentável, relacionadas ao Certificado de Destinação de Resíduos Recicláveis (CDRR).

Excelentíssimo Presidente,

Requer seja, após deliberação regimental do Plenário, encaminhada cópia do presente ao Prefeito Municipal, para que autorize o setor competente, em especial a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Sustentável, a fornecer, nos termos do artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, as informações abaixo solicitadas por este edil.

O Decreto Municipal nº 256/2020 criou o Certificado de Destinação de Resíduos Recicláveis (CDRR) como documento necessário para o fornecimento da Declaração de Regularidade Ambiental a determinados empreendimentos. Para tanto, buscando compreender a atual utilização desses documentos e a sistemática observada pela municipalidade, requer-se a apresentação das seguintes informações:

- a) Quais são as entidades aptas a fornecer o CDRR, atualmente?
- b) Há alguma cobrança para emissão do CDRR?
- c) Uma empresa, para receber sua DRA, precisa obrigatoriamente apresentar o CDRR. Isso faz com que, obrigatoriamente, essa empresa destine todos os seus resíduos recicláveis exclusivamente às entidades que podem emitir o CDRR?
- d) Por que o CDRR não pode ser emitido por empresas que possuem todos os registros competentes e necessários em órgãos ambientais e municipais?
- e) Se uma empresa deseja destinar seus resíduos recicláveis para uma empresa que realiza sua comercialização e possui todas as licenças necessárias, inclusive havendo uma contraprestação pecuniária desta última à primeira, é possível, atualmente, que isso aconteça? Deve-se considerar a regra de que a empresa apenas pode funcionar mediante apresentação do CDRR para recebimento de sua DRA para resposta deste item.



Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon
Estado do Paraná

- f) As entidades que emitem CDRR podem se recusar a fornecer esse documento caso a empresa solicitante não destine integralmente seus resíduos recicláveis a essas entidades em questão?

Este requerimento é pautado no dever constitucional dos Vereadores de fiscalizarem os atos do Executivo, o cumprimento e análise da legislação e a atuação direta enquanto ente regulador, motivo pelo qual se solicita as informações acima.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 06 de junho de 2022.


JOÃO EDUARDO DOS SANTOS
(JUCA)
Vereador